

Sindsep realiza Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão (Sindsep/MA) realiza, nesta quarta-feira, 30 de julho, às 11h, a Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas, conforme estabelece o Estatuto da entidade e o Edital de Convocação nº 014/2026, publicado em 23 de junho de 2026.

A assembleia será realizada de forma híbrida, permitindo a participação presencial, no Auditório do Sindsep/MA, localizado na Avenida Newton Bello, nº 524, Monte Castelo, em São Luís, e também por videoconferência, por meio da plataforma Google Meet.

Durante a reunião, os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários irão apreciar, debater e deliberar sobre a Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2025. O momento representa uma das principais instâncias de transparência, controle so-

cial e fortalecimento da gestão sindical, garantindo que os filiados acompanhem a aplicação dos recursos da entidade e participem das decisões que impactam o funcionamento do sindicato.

A direção do Sindsep/MA destaca que a participação dos associados é fundamental para assegurar uma gestão democrática, transparente e alinhada aos interesses da categoria. A presença dos servidores fortalece a atuação do sindicato e reafirma o compromisso coletivo com a defesa dos direitos dos trabalhadores do serviço público federal.

Os associados que optarem por participar de forma remota poderão acessar a assembleia por meio do link disponibilizado no edital de convocação: Google Meet: meet.google.com/piw-vgge-asc

O Sindsep/MA reforça o

convite para que todos os associados participem, contribuindo com esse importante momento de prestação de contas, diálogo e fortalecimento da entidade sindical.

ASSEMBLEIA GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

30 JUL 11 HORAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2026, de 23/06/2026

O SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca todos os associados em gozo de seus direitos Estatutários, para participarem da **Assembleia Geral Anual de Prestação de Contas**, de forma híbrida no dia **30 de julho de 2026**, às **11:00 horas** no **Auditório do SINDSEP/MA** (Avenida Newton Bello, 524 - Monte Castelo, nesta cidade), para aprovarem ou não a **Prestação de Contas Anual do Exercício de 2025**.

Link Google Meet: meet.google.com/piw-vgge-asc

PARTICIPE!!!

SINDSEP MARANHÃO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

www.sindsep.org.br @SindsepMaranhao SindsepMaranhao

Brasil registra mais de 1,8 milhão de acidentes de trabalho desde 2023

O Brasil registrou 1.843.604 acidentes de trabalho entre janeiro de 2023 e maio de 2026. Apenas entre janeiro e maio de 2026, foram registradas 222.139 ocorrências. Os dados são da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt).

Os números têm como base dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam), do Ministério da Saúde.

De acordo com a Anamt, esses resultados dão uma ideia do impacto que os acidentes têm sobre a saúde da população, sobre a Previdência Social e para as de-

mandas por serviços assistenciais públicos e privados.

A maioria dos acidentes registrados (74,7%) envolveram homens. Foram 1.376.463 notificações. As mulheres responderam por 466.921 registros (25,3%). Em 220 casos, o sexo foi ignorado.

“A maior concentração ocorreu entre pessoas de 20 a 49 anos. O grupo de 20 a 34 anos reuniu 783.598 notificações, enquanto os trabalhadores de 35 a 49 anos responderam por 610.441. Juntas, essas duas faixas etárias concentraram 1.394.039 casos, correspondentes a 75,6% dos re-

gistros”, detalhou a associação.

Regiões

Com um total de 1.338.895 ocorrências, as regiões Sul e Sudeste concentraram 72,6% das notificações de acidentes de trabalho registradas no período do levantamento.

O Sudeste respondeu por 788.518 notificações (42,8%), enquanto o Sul registrou 550.377 casos (29,9%). Na sequência, vem o Nordeste (223.250 ocorrências), seguido do Centro-Oeste (175.366) e do Norte (106.093).

Fonte: CUT

Entidades cobram negociação sobre teletrabalho e iniciam tratativas do ACT 2026/2027 na Conab

As entidades representativas dos empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) voltaram a defender a ampliação do diálogo com a direção da empresa durante reunião virtual realizada no último dia 24 de julho com o presidente da Companhia, Sílvio Porto. O principal tema do encontro foi a proposta de alteração da Norma de Teletrabalho, que está em consulta pública.

Fenadsef, Asnab e Fisenge solicitaram a suspensão da consulta pública e a abertura de um processo formal de negociação antes da implementação da nova norma. As entidades argumentam que o teletrabalho já é uma realidade consolidada na empresa e que qualquer alteração deve ser construída com a participação dos trabalhadores e de suas representações sindicais.

Durante a reunião, os representantes destacaram preocupações em relação ao conteúdo da minuta, afirmando que a proposta não foi debatida previamente com as entidades e que alguns pontos podem contrariar as Normas Regulamentadoras (NR-1 e NR-17), que tratam da segurança, saúde e ergonomia no ambiente de trabalho. Também reforçaram que os sindicatos são o canal legítimo para o diálogo entre a empresa e os empregados.

Em resposta, o presidente da Conab informou que a norma está em consulta pública desde o ano passado e que o



prazo para envio de sugestões será encerrado em 30 de julho. Segundo ele, todas as contribuições apresentadas pelos empregados serão analisadas antes da publicação da versão definitiva. Sílvio Porto também garantiu que os empregados que atualmente desempenham suas atividades em regime de teletrabalho não serão prejudicados e afirmou que pretende reabrir o Fórum de Relações do Trabalho, além de manter canais de negociação para discutir eventuais divergências.

Além do debate sobre o teletrabalho, a reunião marcou o avanço das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027. A primeira reunião oficial entre a Conab e as entidades ocorreu no dia 28 de julho, quando foi definido o calendário de negociações. A primeira rodada está prevista para acontecer entre os dias 11 e 14 de agosto.

Segundo a direção da Companhia, as negociações das cláusulas

econômicas estarão limitadas à recomposição da inflação em razão das restrições impostas pelo período eleitoral. Já as cláusulas sociais poderão ser mantidas e ampliadas. Entre os encaminhamentos discutidos estão a criação de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente, que substituirá o Fórum de Relações do Trabalho, e a inclusão de uma cláusula que assegure o direito à movimentação de trabalhadoras em situação de violência doméstica e familiar.

As entidades reforçaram que seguirão acompanhando as negociações e defendendo a construção de soluções que preservem os direitos dos trabalhadores, fortaleçam o teletrabalho e garantam avanços no ACT 2026/2027 por meio do diálogo permanente com a direção da Conab.

Com informações repassadas pela Condsef.